



O IDEÁRIO DA ESCOLA NOVA NA ARQUITETURA DE ESCOLAS NORMAIS NO CEARÁ

José Albio Moreira de Sales (UECE)
Isabel Maria Sabino de Farias (UECE)
Antonio Germano Magalhães Júnior (UECE)

1 Introdução

Compreender a relação entre a arquitetura das escolas de formação de professores e a cultura escolar expressa na forma de pensar o espaço e o cotidiano, tendo como marco cronológico a primeira metade do século XX e recorte espacial as edificações da Escola Normal de Juazeiro do Norte e da Escola Normal de Fortaleza, implica na construção de um capítulo da História da Educação no Estado do Ceará.

Como as demais tipologias arquitetônicas, os primeiros edifícios escolares foram adaptações de edificações projetadas para outras finalidades. Suas plantas e programas de atividades, decorrem de orientações filosóficas e políticas educacionais. Nesse sentido é uma construção histórica e social que leva a uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marco para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO, 1998). Ou, como afirma FRAGO (1998), a escola enquanto um lugar situado num espaço e com uma determinada dimensão espacial tem um caráter educativo e, por isso mesmo, não neutro. Como documento/monumento a arquitetura escolar nos ajuda a compreender o modelo de educação e sociedade no tempo e no espaço.

No Brasil, como na Europa, a arquitetura escolar possui uma estreita ligação com a arquitetura religiosa. As primeiras escolas no Brasil estavam ligadas às ordens religiosas e suas construções foram realizadas por integrantes destas ordens, portanto, refletem diretamente o *modus operante* e a filosofia educacional por elas aqui implantadas. Sob esse



aspecto o estudo da arquitetura escolar apresenta-se, portanto, como uma possibilidade de investigação de tempos e fatos passados - nela materializados através de elementos formais e organizacionais - que permaneceram tanto do ponto de vista material como na memória de estudantes e professores.

Apoiado nessa compreensão, a investigação voltou sua atenção para a arquitetura escolar cearense e sua relação com a forma de pensar o espaço e o cotidiano escolar, tendo como marco cronológico a primeira metade do século XX e as edificações da Escola Normal de Juazeiro do Norte e da Escola Normal de Fortaleza. Estas instituições de formação sistematizaram um modo próprio de pensar e fazer educação no período histórico em que foram construídas, contribuindo para a socialização dos seus membros (NÓVOA, 1991). Partindo-se desse pressuposto a iniciativa incidiu sobre duas frentes: de um lado, resgatamos do ponto de vista da história da arquitetura à origem, estilo e construção dessas escolas, estabelecendo vinculações com a organização social, política e cultural das cidades de Fortaleza e de Juazeiro do Norte; por outro, analisamos o significado dessas edificações (projeto e organização do espaço) na construção de uma cultura escolar, isto é, na produção de um conjunto de significados e comportamentos que condicionam o tipo de vida que se desenvolve na escola, reforçando valores, práticas e expectativas consideradas legítimas pelos grupos sociais que a constituem (FARIAS, 2006; GARCIA, 1994).

Optamos pela utilização de metodologias da pesquisa histórica, tendo por base conceitual contribuições de autores ligados as correntes da Nova História. O ofício do historiador da educação e da cultura é compreender ações humanas em um tempo, espaço e contexto particulares, de acordo com CERTEAU (1995:18):

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiês e as indagações relativas aos documentos.



Já Veyne (1998:42), descreve o trabalho do historiador como a interpretação de uma trama, composta por um complexo entrelaçado de fatores que assim descreve:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Felipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, Guerra e Paz ou Antônio e Cleópatra.

Escrever a História é tarefa que requer além do método, uma certa dose de criatividade e perseverança. É um exercício de garimpagem e depuração de fatos e documentos, jogando novas luzes sobre as tramas do tecido que compõe o passado. Nesse processo o historiador seleciona, analisa e interpreta fatos e documentos para a concepção da escrita do texto histórico.

A ‘Escola dos Annales’, por exemplo, ampliou a noção de documento a partir de uma concepção de história. Para esses historiadores o acontecer histórico se faz a partir das ações dos homens. Daí o conhecimento histórico se produz “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gestos e as maneiras de ser homem (KHOURY; PEIXOTO; VIEIRA, 1989, p. 15).

Em nossa compreensão da história os fatos e documentos, o espaço e o tempo são elementos que apenas do ponto de vista didático podem ser separados em categorias distintas de análise. Neste estudo, contudo, por questões metodológicas trabalhamos a História da arquitetura educacional, buscando relacionar comportamento social (processos educacionais) e forma de produção dos espaços escolares. Sabemos que o tempo e o espaço são fatores determinantes no fenômeno educativo, todavia como nossa investigação trabalha com a História da arquitetura escolar, o espaço será a categoria de partida na análise, em torno da qual serão trabalhados os demais conceitos e documentos. Para compreender o conceito de espaço como *locus* da educação e arquitetura educacional como tipologia de projeto e



construção destinada ao ensino, recorreremos primeiramente a uma conceituação de espaço, e de arquitetura escolar, para em seguida estabelecermos relações entre esta, a forma de pensar o espaço e a cultura escolar, de uma determinada época.

A concepção de espaço como objeto de investigação tem origem na cultura clássica, mas durante praticamente toda a Idade Média o conceito de espaço foi tratado de forma imprecisa. Com a retomada dos estudos da cultura clássica, no século XV, especialmente dos estudos do humanismo, no período denominado de renascentista, surgem representações do espaço, baseadas no racionalismo e no naturalismo. Buscando uma representação mais próxima do modelo natural, foram elaborados novos estudos de geometria, que aliados a fundamentos de percepção visual, buscavam a representação de formas tridimensionais. A esta forma de representação do espaço damos o nome de perspectiva científica e foi graças a ela que os processos de produção artística no campo da pintura e da arquitetura, tornaram-se mais autônomos e possíveis de serem projetados detalhadamente antes de sua execução.

De acordo com a definição de KANT (citado por REINAUD, 1986:6-7):

O espaço é uma representação necessária a priori, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores. Nunca se pode representar que o espaço não existe, embora se possa pensar que não haja objetos no espaço. O espaço é considerado como a condição de ocorrência de fenômenos, não como uma determinação dependente deles, e constitui uma representação a priori que serve de fundamento, de uma maneira necessária, aos fenômenos exteriores.

Esta compreensão do espaço como condição de ocorrência de fenômenos tanto fundamenta o estudo da História da educação através da arquitetura escolar, como também reforça o conceito de arquitetura como criação de espaços. Relacionando a dimensão espacial dos estabelecimentos de ensino e a dimensão educativa do espaço escolar FRAGO (1998:74) assim se expressa:

Enquanto lugar situado num espaço, a escola possui uma determinada dimensão espacial. Ela pode ser analisada a partir dessa perspectiva. Mas também por isso, ao mesmo tempo, o espaço escolar educa, possui uma



dimensão educativa. ‘O arquiteto é um educador’, disse Mesmin¹. Seu ensinamento ‘transmite-se através das formas que ele concebeu e que constituem o entorno da criança desde a sua mais tenra idade’. Assim todo educador se quiser sê-lo, tem de ser arquiteto. De fato, ele sempre o é, tanto se ele decide modificar o espaço escolar, quanto se o deixa tal e qual está dado. O espaço não é neutro. Sempre educa. Resulta daí o interesse pela análise conjunta de ambos os aspectos – o espaço e a educação -, a fim de se considerar suas implicações recíprocas”.

Agostín Escolano, filósofo da educação, em seu trabalho intitulado “arquitetura como programa – Espaço-escola e currículo”, nos oferece uma reflexão, que complementa a contribuição de Frago fazendo avançar nosso processo de conceituação.

De acordo com ESCOLANO (1998:26)

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marco para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

A estas contribuições, agregamos a do educador brasileiro, Anísio Teixeira, que foi um grande incentivador das concepções modernas de espaços educacionais, estabelecendo parâmetros para seus projetos e construções. Em texto sobre o “Plano de construções escolares de Brasília” TEIXEIRA (1961:198) elabora o seguinte comentário sobre o assunto:

A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da ‘escola tradicional’ com os da ‘oficina’, do ‘clube’ de esportes e de recreio, da ‘casa’, do ‘comércio’, do ‘restaurante’, do ‘teatro’, compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais.

Considerando a especificidade desta modalidade de arquitetura, optamos por defini-la tendo por base o conceito geral² elaborado por Lucio Costa. Assim definimos como arquitetura escolar, *uma construção concebida com o propósito de abrigar atividades de*

¹ MESMIN, Georges. Estudioso da arquitetura escolar, autor do livro *L'enfant, l'architecture et l'espace*. Tournai:Casterman, 1973.

² “construção concebida com o propósito de organizar e ordenar plasticamente o espaço e os volumes decorrentes, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado programa e de uma determinada intenção”. Arquitetura. Lúcio Costa, Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002, p21.



educação e formação humana, através da distribuição destas em espaços projetados ou adaptados para atender a um programa e currículo pedagógicos, em acordo com a cultura e a sociedade de um determinado tempo e lugar. (SALES, 2005).

Como a grande maioria das tipologias³ arquitetônicas, os primeiros edifícios destinados a atividades escolares foram adaptações de edificações, projetadas para outras funções. Ao longo da história, as correntes filosóficas e as políticas educacionais foram desenhando suas plantas e programas de atividades, configurando-os de acordo com preceitos culturais de cada época. (BENCOSTTA, 2005)

Toda sociedade articula-se em torno de um projeto educativo, constituindo-se em uma sociedade educativa (CAMBI, 1999). O estudo da arquitetura escolar nos ajuda a compreender o modelo de educação e sociedade no tempo e no espaço. No Brasil como na Europa a arquitetura escolar possui uma estreita ligação com a arquitetura religiosa. As primeiras escolas no Brasil estavam ligadas às ordens religiosas e suas construções foram realizadas por integrantes destas ordens, portanto refletem diretamente o *modus operante* e a filosofia educacional por elas aqui implantadas. Somente em 1827, foram adotadas medidas incentivadoras de criação de Escolas de Primeiras Letras em cidades e vilas mais populosas. No Ceará, desde a primeira metade do século XIX, temos registro de funcionamento de escolas, mas as primeiras dedicadas à formação de professores são da metade final do século XIX e primeira metade do século XX. Destas destacamos dentre as edificações mais antigas e significativas a da Escola Normal de Fortaleza e a da Escola Normal Rural de Juazeiro.

Compreender as relações entre o projeto arquitetônico, o uso e ocupação desses dois importantes espaços de formação de professores no Ceará e a apropriação do ideário da escola nova nesse contexto, foi o objetivo precípua que impulsionou a investigação da temática, cujos contornos metodológicos são explicitados no próximo tópico.

³ Chamamos de tipologias, as várias concepções de espaços arquitetônicos que foram consagrados pelo uso, como por exemplo, as concepções de igrejas, clubes, palácios e escolas.



2 Percurso metodológico

Considerando o foco da investigação apresentada – a arquitetura das escolas normais das cidades de Fortaleza e Juazeiro do Norte e as suas relações com a implantação do ideário da escola nova no Ceará – optamos pela pesquisa empírica de caráter histórico, tendo por base conceitual as contribuições teórico-metodológicas da Nova História (BURKE, 1992; LE GOFF, 1996; ARÓSTEGUI, 2006).

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiês e as indagações relativas aos documentos.

Compreendendo a problemática da construção da história a partir de fatos e documentos, o estudo da arquitetura escolar nos apresenta a possibilidade de entrarmos em contato com tempos e fatos passados – nela materializados através de elementos formais e organizacionais, que permaneceram tanto do ponto de vista material, como na memória de estudantes e professores. Em nossa compreensão da história os fatos e documentos, o espaço e o tempo são elementos, que apenas do ponto de vista didático podem ser separados em categorias distintas de análise. Neste estudo, contudo, por questões metodológicas trabalhamos a História da arquitetura educacional, buscando relacionar comportamento social (os processos educacionais influenciados pelo ideário da escola nova) e forma de produção dos espaços escolares.

Sabemos que o tempo e o espaço são fatores determinantes no fenômeno educativo, todavia como nossa investigação trabalha com a História da arquitetura escolar, o espaço será a categoria de partida na análise, em torno da qual serão trabalhados os demais conceitos e documentos. Para compreender o conceito de espaço como lócus da educação e arquitetura educacional como tipologia de projeto e construção destinada ao ensino,



recorreremos primeiramente a uma conceituação de espaço, e de arquitetura escolar, para em seguida estabelecermos relações entre esta, a forma de pensar o espaço e o cotidiano escolar de uma determinada época.

Na fase inicial da pesquisa, que foi realizada em paralelo com a coleta de dados elaboramos uma revisão da literatura existente sobre o assunto ou estado da arte, etapa de caráter conceitual, em que foram mapeados os estudos da literatura brasileira e estrangeira sobre a História da Educação, da Arquitetura e da Cultura Escolar, destacando-se como principais contribuições para o nosso estudo os trabalhos dos espanhóis Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano, e dos brasileiros Marcus Levy Albino Bencostta e Jorge Nagle.

Na coleta de dados ou levantamento documental tivemos acesso a fontes primárias, como mapas de localização das escolas na cidade na época de sua construção, fotografias aéreas do setor da cidade onde se localizava a construção do prédio (Escola de Fortaleza), fotografia das atividades escolares (Escola de Juazeiro). Além destas fontes, também nos auxiliaram nessa reconstituição das práticas cotidianas e das idéias que influenciaram e foram influenciadas pelos espaços das escolas, documentos como: decretos, relatórios oficiais, regulamentos e projetos de leis sobre a construção destas edificações. Não menos importante foi o acesso a exemplares de objetos de uso escolar. Nesse percurso de levantamento documental além dos acervos localizados nas sedes das escolas tivemos acesso a acervos particulares, acervos do Arquivo Público do Ceará, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das bibliotecas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Universidade Federal do Ceará (UFC), Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Bibliotecas da Academia Cearense de Letras, biblioteca do Instituto Histórico e Antropológico do Ceará e Biblioteca do Seminário da Prainha.

3 O contexto da construção da sede da Escola Normal de Fortaleza da Praça Figueiras de Melo

Para compreendermos melhor o significado desta edificação, precisamos observar a trajetória anterior da instituição, a partir de sua primeira sede. Inegavelmente, a construção



de uma sede própria para a Escola Normal do Estado, já no século XIX, representava um avanço para a educação na Província do Ceará. O edifício da primeira sede foi construído na praça José de Alencar, na época denominada Praça Marquês de Herval. OLINDA (2005) Já em 1912 a Escola foi transferida deste endereço passando a ser sediada em vários endereços, permanecendo nesta situação por aproximadamente dez anos. (Jornal O Povo, 1934:4).

Com as novas ideias sobre educação e as diretrizes para o ensino, chamadas de reformas educacionais, havia agora um momento favorável para a defesa da construção de um prédio novo para a Escola Normal de Fortaleza. No Brasil, segundo Nagle (2001), a primeira destas reformas ocorreu no estado de São Paulo sob a Lei 1.750 de 8 de dezembro de 1920 e regulamentada pelo Decreto 3.356, de 31 de maio de 1921.

No Ceará, apesar de sofrer alguma influência paulista, a reforma de 1922, ocorreu sob critérios diferentes. Foi a segunda reforma educacional do Brasil se considerarmos do ponto de vista cronológico, porém, a pioneira no que se refere à influência do pensamento escolanovista. De acordo com NAGLE (2001:322) *A reforma cearense pode ser considerada pioneira quanto à penetração do ideário escolanovista nos sistemas escolares estaduais e do Distrito Federal.*

No Ceará, este novo pensamento educacional se reflete significativamente no governo de Justiniano de Serpa, um entusiasta do otimismo pedagógico republicano. Eleito em 1920, dois anos depois, atendendo ao pedido do diretor da Escola Normal, solicita ao governo de São Paulo um professor qualificado para a cátedra de Psicologia e Didática da Escola Normal. Como resposta à solicitação de João Hippolyto e Justiniano de Serpa, em abril de 1922, chega a Fortaleza, o jovem professor Manuel Bergström Lourenço Filho, futuro participante do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (CAVALCANTE, 2000).

Na busca de dados que demonstrassem a relação entre a edificação e o pensamento escolanovista. Constatamos que embora a defesa de um novo prédio para Escola Normal já fosse antiga, o projeto de construção do edifício inaugurado em 1923, encomendado ao engenheiro José Gonçalves da Justa, teve a interferência direta de Lourenço Filho, naquele momento Diretor da Instrução Pública do Estado, um dos principais entusiastas



da escola nova no Brasil. Em 23 de dezembro de 1923 foi inaugurado o edifício da Escola, que passou a ser chamado de palacete da Praça Figueira de Melo.

Buscando subsídios para uma análise da edificação em relação ao pensamento escolanovista, representado naquele momento pelo ideário do ensino ativo, encontramos sua presença física na edificação de 1923, nas salas ambientadas para serem Gabinetes ou Laboratórios de ensino prático, conforme já previa o Regulamento de 1923:

Art. 184 – Haverá na Escola Normal, um museu pedagógico e gabinetes de psychologia e pedagogia experimental, physica e chimica, scienciahygiene, onde serão conservados, e adequadamente catalogados todos os objetos destinados ao ensino prático; haverá também uma biblioteca para uso dos professores e dos alumnos
(REGULAMENTO DA NSTRUCÇÃO PÚBLICA, 1923: 55).

4 O contexto da implantação da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte

O ideal de educação almejado pela escola rural vinculava-se diretamente à proposta do governo Getúlio Vargas da década de 1930, que defendia a educação do povo como a glorificação da Pátria, por meio “da valorização de sua capacidade de trabalho” (HORTA, 1994:146). Assim, todos os brasileiros deveriam receber a educação escolar que os capacitasse para o trabalho. Todavia, para que esta instituição se concretizasse e obtivesse êxito nas suas atividades, formar o professor para o trabalho específico seria o objetivo primeiro. Com esta finalidade foi criada a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, a pioneira no Brasil, iniciando suas atividades em 13 de março de 1934. Sua missão era preparar professores com conhecimentos de agricultura, tecnologia agrícola, economia rural, higiene e profilaxia, para atuarem na educação rural.

Uma das principais características desta escola e o que de fato tornaria diferente tanto seu projeto arquitetônico como o programa de ensino, são as práticas escolares ruralistas. Pois são de fato essas atividades, que constituem a expressão material do ideário ruralista. As descrições detalhadas desses momentos vivenciados no contexto da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte se encontram nos exemplares do jornal “O Lavrador”, publicado pela escola durante os anos de 1934 a 1974. (Jornal O Lavrador, n. 13, 1936: 6).



Considerando-se que o espaço se constitui um lugar em que os indivíduos criam e recriam sua identidade, como também se constitui um território onde constantemente se estabelecem relações de poder, estas relações estão permeadas por contradições. Como adverte ZEVI (1978: 134), *na realidade da imaginação arquitetônica e na realidade dos edifícios, existe o conteúdo: são os homens que vivem os espaços, são as ações que neles se exteriorizam, é a vida física, psicológica, espiritual que decorre neles*. Na Escola Normal de Juazeiro do Norte encontramos a organização espacial das salas, diretoria e auditório voltadas para a função de regular e disciplinar as tarefas rotineiras. O espaço é compatível com a idéia de uma educação rural, na medida em que está voltado para as práticas da Escola e reflete o ideário da escola nova quando introduz no seu programa os espaços e as atividades de práticas agrícolas.

5 A arquitetura escolar e a história da educação no Ceará

A construção do edifício da Escola Normal da Praça Figueira de Melo na década de 1920, foi mais que a criação de um novo espaço para a formação docente no Ceará. Foi o princípio de ação no sentido de mudar o panorama da educação no Estado. A idéia de sua construção fazia parte uma nova sensibilidade, que via a escola como um lugar de desenvolvimento humano e para tanto, situada em edifício próprio, projetado e construído para esta finalidade. Nessa sensibilidade estavam presentes o entusiasmo educacional republicano e o escolanovismo que redefiniram as idéias de educação.

A construção da edificação da Escola Normal e o movimento denominado de escola ativa, marcaram o início de um processo lento, porém definitivo da constituição da profissionalização do magistério primário e um movimento de valorização social do professor.

O edifício-escola, isto é, a edificação projetada especialmente para aquele tipo de programa educativo (Escola Normal de Fortaleza e Escola Normal de Juazeiro do Norte), passaram a exercer uma função educativa no meio social, estabelecendo correspondência entre a importância social da escola e do espaço ocupado por ela na cidade. Nesse sentido o



edifício escolar torna-se portador de uma identidade simbólica e arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis.

Os dados sobre a elaboração do projeto de construção da Escola Normal da Praça Figueira de Melo, indicam de maneira clara as relações entre programa arquitetônico e programa de ensino, oferecendo condições de estabelecermos uma discussão sobre as vinculações entre o projeto de arquitetura e o ideário da Escola Nova, representado pela presença do “ensino ativo” como prática educativa.

Seguindo o ideário simbólico da arquitetura escolar republicana das primeiras décadas do século XX a Escola Normal Rural de Juazeiro, figura como um marco dentre os edifícios da cidade de Juazeiro do Norte, contrariando a filosofia de exaltação da vida no campo. Isto demonstra que os conceitos de campo e cidade na prática são mais complexos do que nos modelos de políticas educacionais e econômicas.

6 Conclusões

Com base nos objetivos e resultados apresentados sobre o espaço, o cotidiano das Escolas Normais de Fortaleza e Juazeiro do Norte e o ideário da escola nova, traçamos as seguintes conclusões:

No caso da Escola Normal de Fortaleza, os aspectos simbólicos presentes nas construções do período inicial da República, cuja inspiração formal foi estilo neoclássico difundido no Brasil especialmente pela Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, nela presentes, buscavam expressar progresso, higiene e racionalidade na construção de um novo homem. Seu projeto arquitetônico e educacional buscava ao mesmo tempo o atendimento do programa idealizado pela escola nova, na forma como foram concebidos os espaços internos, com a criação de salas arejadas e laboratórios. Além disso, também buscou aliar soluções formais de caráter estilístico, como: fachada em estilo eclético e soluções construtivas de implantação na quadra e no perímetro urbano, explicitando a dimensão educativa e simbólica da Arquitetura Escolar.



A edificação do Palacete da Praça Figueira de Melo trouxe consigo uma carga simbólica que representou a implantação da escola nova no Ceará. A ideia de sua construção estava inserida em um contexto proveniente de uma nova sensibilidade para a configuração da escola como um lugar de desenvolvimento humano, situada em edifício próprio especialmente projetado e construído para tal finalidade, seguindo a modernidade dos parâmetros educacionais. Neste sentido representa o entusiasmo educacional republicano e o início da escola nova através do “ensino ativo”.

Já a Escola Normal de Juazeiro do Norte, destaca-se como um marco na formação do professor orientada pelo movimento ruralista, na busca de uma forma de educação diferenciada para o homem do campo. Contraditoriamente, do ponto de vista formal e simbólico, segue as características das construções escolares republicanas, diferenciando-se basicamente na simplicidade e economia na utilização de materiais e técnicas construtivas. Uma das principais características do projeto do ponto de vista da ocupação do espaço é sua relação com as práticas agrícolas. Esta característica foi responsável pela disposição das salas, para que o projeto educativo e arquitetônico se harmonizasse com práticas ruralistas.

Do ponto de vista da cultura escolar, os espaços arquitetônicos ainda hoje existentes são monumentos e documentos de processos educativos, responsáveis pela implantação de ideários e políticas de educação - a Escola Normal de Fortaleza com o ideário da “escola ativa” e a Escola de Juazeiro, com o ideário da educação rural - são exemplares dessa cultura escolar resultante do ideário da escola nova, que analisados sob a ótica de uma objetividade, que não leve em conta os aspectos subjetivos e processuais, poderá ver nestas escolas apenas projetos que não foram concluídos. Por outro lado se olharmos essas experiências, sob a ótica de um processo em constante mutação podemos dizer que tanto a história da educação como a destas cidades foram definitivamente marcadas pelos projetos arquitetônicos e educativos das duas Escolas. Cada uma delas identificada com a função simbólica da implantação do ideário da escola nova no Estado do Ceará.



REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar. São Paulo: Cortez, 2005.
- BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CAVALCANTE, Maria J. M. João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará. Fortaleza: EUFC, 2000
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novos problemas. Trad. Theo Santiago. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Inovação, mudança e cultura docente. Brasília: Líber Livro, 2006.
- FRAGO, Antônio V.; ESCOLANO, Agostim. In: Currículo, espaço e subjetividade. Antonio Viñao Frago e Agostin Escolano. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- GARCÍA, A., Didáctica e Innovación Curricular, Sevilla, Univ. de Sevilla, 1994.
- HORTA, José Silvério Baia. O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- LE GOFF, J. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996
- KHOURY, Yara Maria Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. A pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1989.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na primeira república. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NÓVOA, A O Passado e o Presente dos Professores. In: NÓVOA, A (Org.) Profissão Professor. Portugal: Porto Editora, 1991.
- OLINDA, Ercília M. B. de. Formação Integral do Educando no Tempo da Escola Normal. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.



REYNAUD, Alain. A noção do espaço em Geografia. In: O espaço interdisciplinar. (cord.) Milton Santos e Maria Adélia A. de Souza. – São Paulo: Nobel, 1986.

SALES, José Álbio Moreira de. Será que temos a arquitetura escolar que merecemos? É possível desconstruir e re-construir a concepção e as práticas vigentes da arquitetura escolar? In: Revista de Educação AEC. Brasília, D.F.: Editora Salesiana, Ano 34, n. 135, abril/junho, 2005.

TEIXEIRA, Anísio S. Plano de construções escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília: Editora da UnB, 1998.

VIEIRA, Maria do P. de A.; PEIXOTO, Maria do R. da C.; KHOURY, Yara M. A. A Pesquisa em História. São Paulo: Ática, 2000.

ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. Tradução: Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Jornal O Povo. Fortaleza – CE, 1934. Diário.

Jornal O Lavrador, Juazeiro do Norte – CE. 1934 – 1939.

REGULAMENTO DA NSTRUCCÃO PÚBLICA. Fortaleza - CE, Typ. Comercial, 1923.